



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

LEI Nº 1613/2002

Institui a Contribuição de Iluminação Pública e dá outras providências.

O Povo do Município de Passa Quatro, Estado de Minas Gerais, por seus representantes, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituída a Contribuição de Iluminação Pública, sobre imóvel situado em logradouro já servido de Iluminação Pública ou que dela venha servir-se, a ser aplicada a partir do exercício de 2003.

Art. 2º A Contribuição de Iluminação Pública também incidirá sobre o imóvel constituído por lote vago ou por lote contendo edificações em construção ou já construídas, porém não consumidoras de energia elétrica situadas em logradouro servido de Iluminação Pública ou que dela venha a servir-se.

Parágrafo único. O imóvel que se enquadrar neste artigo será taxado a razão de 1% (um por cento) ao mês, sobre o valor da tarifa de Iluminação Pública vigente no mês de janeiro do ano a que se referir, estabelecido pelo Departamento Nacional de Águas e Energia Elétrica DNAEE.

Art. 3º Observado o disposto no art. 1º desta Lei, cobrar-se-á a Contribuição de Iluminação Pública mensalmente calculada sobre o valor da Tarifa de Iluminação Pública vigente, devendo ser adotado nos intervalos de classes indicados os percentuais correspondentes.

CLASSES (kWh)	PERCENTUAIS DA TAXA DE IP
0 a 30	0
31 a 50	0,75
51 a 100	1,70
101 a 200	3
201 a 300	4
Acima de 300	5

Art. 4º O produto da contribuição ora criada constituirá receita destinada prioritariamente a cobrir e remunerar os serviços e dispêndios da Municipalidade, decorrentes da instalação, custeio e consumo de energia elétrica para Iluminação Pública, bem como para a melhoria e ampliação do serviço.

Art. 5º A cobrança da Contribuição relativa ao Art. 1º desta lei poderá ser feita diretamente pela Prefeitura Municipal, ou por arrecadação junto às contas particulares de consumo de energia, mediante Convênio, a ser celebrado com a Companhia Energética de Minas Gerais – CEMIG, ficando, neste caso, o Poder executivo desde já autorizado a firmar o referido Convênio.

Art. 6º Realizado o convênio, a CEMIG contabilizará e recolherá mensalmente o produto da contribuição à conta vinculada, em estabelecimento de crédito escolhido, de comum acordo, pela CEMIG e pela Prefeitura Municipal.

§1º A CEMIG apresentará à Prefeitura, mensalmente, a fatura relativa ao fornecimento de energia elétrica acompanhada de um comprovante da arrecadação total da Contribuição de Iluminação Pública.



Câmara Municipal de Passa Quatro

Instalada em 13 de dezembro de 1890

§2º Quando o saldo desta conta corrente vinculada for insuficiente para cobrir o valor da fatura de fornecimento de energia elétrica, o Executivo Municipal deverá providenciar a liquidação do valor da diferença de acordo com os prazos e condição constante da respectiva fatura.

§3º O superávit eventual, verificado entre o montante arrecadado da Contribuição e o valor da fatura, poderá ser aplicado, pela CEMIG, para a quitação parcial ou total de outras faturas subseqüentes, relativas ao fornecimento de energia elétrica à Prefeitura Municipal, e ainda, havendo saldo, poderá ser destinado a custear obras de expansão e/ou melhoramentos do sistema de Iluminação Pública, e de extensão de redes urbanas do Município, caso a Prefeitura autorize.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1 de janeiro de 2003.

Art. 8º Revogam-se as disposições em contrário.

Passa Quatro, 31 de dezembro de 2002.

Wilson Siqueira
Prefeito Municipal

Margareth Daniel Barbosa Lívio
Sec. Municipal de Administração